

ORÇAMENTO DA UNIÃO

GAZETA MERCANTIL

10 MAI 1988

# Governo vai congelar encargos gerais em valores de junho

por Thais Bastos  
de Brasília

O titular da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), João Batista de Abreu, informou ontem, em Brasília, que a conta Encargos Gerais da União ficará expressa em valores de junho, no novo orçamento da União em elaboração, e seus recursos não serão mais corrigidos no decorrer do ano. "Com isso embutimos um corte", afirmou, sem mensurá-lo. Essa rubrica, vale lembrar, absorveu uma correção de 362% em dezembro passado, quando a Seplan, administrada por Aníbal Teixeira, refez o Orçamento Geral da União, programado para uma inflação de 60%; para uma nova estimativa, de 120%. Tanto a rubrica de Encargos Gerais da União quanto Reservas de Continência, administradas diretamente pela Seplan, absorveram, à época, correções bem superiores às aplicadas sobre as demais contas.

Abreu confirmou que ficará indexado ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) a conta Reservas de Continência, que será, agora, na reformulação do Orçamento Geral da União para 1988, "constituída de fato". Isso porque, explicou, essa conta foi até hoje usada para cobrir suplementações de despesas de pessoal, subestimadas no orçamento. "Pessoal não terá mais suplementações e as reservas serão canalizadas realmente para casos de emergência, como secas e enchentes", afirmou.

A rubrica Outros Custeios e Capital terá dois tratamentos distintos: o subgrupo formado por Custeios de Capital Vinculado (Finsocial, Pin-Proterra, por exemplo) acompanhará a variação das receitas da União para sua correção mensal. Os demais gastos de custeio e capital serão corrigidos pelo IPC, desde que a variação do índice não supere as variações



**João Batista de Abreu**  
das receitas da União, su-  
blinhou Abreu.

Ressaltando ainda não estar de posse dos números finais do orçamento, o ministro do Planejamento salientou que os cortes não serão lineares. "O presidente nos recomendou que poupássemos os recursos da área social", disse, lembrando ainda que os cortes nas dotações orçamentárias da administração direta não terão como referência os ministérios em si, mas os vários programas desenvolvidos em cada um deles.

Quanto ao déficit definido para a Previdência Social, de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB), Abreu informou que não acarretará cortes no sistema. Tomando por base as estimativas de receitas e despesas da Previdência, acertou-se o déficit potencial, explicou.

O ministro disse ainda não estar definido como o governo apresentará ao Congresso Nacional o pedido de autorização para emissão de títulos para rolagem da dívida pública. No orçamento da União projetado segundo uma inflação neste ano de 120%, o déficit do setor público estava limitado a 2% do PIB, e como agora esse limite foi estendido para 4%, e o orçamento corrigido para uma previsão inflacionária de 600%, a necessidade de emissão de títulos terá de ser revista, e, obrigatoriamente, aprovada pelo Legislativo.